

## APRESENTAÇÃO

Esta é uma publicação mensal da subseção do DIEESE na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria - CNTI.

Trata-se de um boletim informativo e analítico que tem por finalidade a permanente discussão, acompanhamento e atualização de temas relacionados ao mercado de trabalho, com enfoques voltados para a conjuntura econômica e social do país.

Neste boletim do mês de outubro vamos apresentar uma nota sobre a negociação da produtividade, um desafio para o movimento sindical, artigo sobre conjuntura econômica, indicadores econômicos do mercado de trabalho, índices de inflação e outras informações importantes, além do desempenho da Indústria de uma maneira geral.

Como de costume, trazemos também alguns indicadores econômicos úteis à vida sindical, como por exemplo, a pesquisa de emprego e desemprego feita em seis regiões metropolitanas brasileiras e a variação da cesta básica em dezesseis capitais brasileiras.

Boletim de Conjuntura - Outubro de 2007

**José Calixto Ramos** – Presidente

**Alessandra de Moura Cadamuro** - Responsável Técnico

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
Endereço: Av. W3 Quadra 505 Lote 01 Bloco A SEP/Norte -  
CEP: 70730-517 - Brasília - DF  
Fone: (061) 3448-9900 - Fax: (061) 3274-7001  
**E-mail: [cnti@cnti.org.br](mailto:cnti@cnti.org.br) Site: [www.cnti.org.br](http://www.cnti.org.br)**

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## ÍNDICE

- I - A NEGOCIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE:  
DESAFIOS PARA O MOVIMENTO  
SINDICAL
- II - CONJUNTURA ECONÔMICA
- III - INDICADORES ECONÔMICOS
- IV - DESEMPENHO SETORIAL

**Entre em contato conosco pelo e-mail:**

**[sucnti@dieese.org.br](mailto:sucnti@dieese.org.br)**

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

## 1 – A NEGOCIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE: DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL

Recentemente, a discussão sobre os ganhos de produtividade tem se intensificado diante da estabilização da economia e da retomada do crescimento econômico. Os resultados apresentados, entretanto, revelam o viés concentrador destes ganhos, que não vêm sendo igualmente distribuídos para os trabalhadores. Vamos aqui destacar alguns elementos presentes neste debate com vistas a subsidiar o movimento sindical para a negociação coletiva da produtividade.

Desde 2004 é possível identificar uma inusitada sustentação das taxas de crescimento da produtividade com estabilidade na expansão nas horas pagas, o que demonstra que as empresas têm ampliado o padrão de eficiência produtiva e realizado investimentos - fato que ficou mais claro a partir dos resultados do primeiro semestre de 2007, apresentados nas Pesquisas Industriais do IBGE.

Esses resultados contrastam com a década imediatamente anterior. Nesse período, a economia brasileira apresentou um quadro pouco virtuoso e as empresas adotaram uma estratégia notoriamente defensiva para fazer frente às dificuldades decorrentes do baixo crescimento, da abertura comercial e da inédita exposição à concorrência no mercado mundial. A década de 90 assistiu às medidas reativas das empresas, iniciativas que levaram ao aumento do desemprego, à queda dos salários reais e aos processos de precarização das relações e condições de trabalho, mirando os aumentos espúrios de competitividade deflagrados pela desregulamentação dos mercados e maior exposição à concorrência internacional.

No presente contexto, o debate sobre a apropriação dos ganhos de produtividade traz novos elementos e oportunidades para o movimento sindical brasileiro.

1. De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED – realizada em seis regiões metropolitanas pelo DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE, o MTE/FAT e instituições de pesquisa regionais, o rendimento real médio dos ocupados com carteira tem se recuperado, mas ainda está distante dos valores vigentes em meados da década de 90. O achatamento do rendimento real médio dos ocupados com carteira, desde meados da década passada, se deve, primeiramente, aos efeitos corrosivos das altas taxas de inflação, que caracterizaram a economia brasileira por mais de uma década, sobre o poder aquisitivo dos salários. Outros fatores que explicam essa situação são o desemprego de longa duração e as altas taxas de rotatividade no emprego.

2. Além disso, o Sistema de Acompanhamento de Salários do DIEESE - SAS - revela que os pisos salariais de diversos segmentos econômicos são muito baixos, situando-se entre 1,5 e 2 salários mínimos. O achatamento dos pisos salariais está associado aos mesmos fatores que corroeram o rendimento real médio dos assalariados com carteira - persistência de altas taxas de inflação por um longo período, desemprego e rotatividade elevados.

3. Por fim, embora seja crescente o número de categorias que vêm obtendo reajustes salariais acima da inflação nas negociações coletivas, os ganhos reais têm sido modestos para a maioria dos trabalhadores (Tabela 1). Esses ganhos reais têm sido importantes para aumentar a massa salarial no país, mas insuficientes para recuperar o poder aquisitivo dos salários.

**TABELA 1**  
**Distribuição dos reajustes salariais**  
**em comparação com o INPC-IBGE**  
**Brasil – janeiro a junho de 2007**

Variação	Nº	%
<b>Acima do INPC-IBGE</b>	<b>245</b>	<b>87,5</b>
acima de 5,00%	5	1,8
de 4,01% a 5,00%	7	2,5
de 3,01% a 4,00%	11	3,9
de 2,51% a 3,00%	8	2,9
de 2,01% a 2,50%	25	8,9
de 1,51% a 2,00%	56	20,0
de 1,01% a 1,50%	35	12,5
de 0,51% a 1,00%	64	22,9
de 0,01% a 0,50%	34	12,1
<b>Igual ao INPC-IBGE</b>	<b>27</b>	<b>9,6</b>
<b>Abaixo do INPC-IBGE</b>	<b>8</b>	<b>2,9</b>
de -0,01% a -0,50%	7	2,5
abaixo de -0,50%	1	0,4
<b>Total</b>	<b>280</b>	<b>100,0</b>

Fonte: DIEESE

### Produtividade e negociação coletiva

A negociação dos ganhos de produtividade ocorreu no país, pela primeira vez, em 1979, por meio da Lei 6.708. O regime militar, pressionado pelas grandes greves do final da década de 70, adotou uma política salarial mais flexível, que permitiu a negociação da produtividade, nas datas-base de cada categoria, para as menores faixas salariais. Com a finalidade de subsidiar as negociações sobre o tema, o DIEESE realizou, em dezembro de 1979, o seminário “Campanha salarial e produtividade”, que contou com a participação de várias entidades sindicais.

Até 1985, a política salarial sofreu várias modificações, mas manteve a possibilidade de concessão de aumentos reais por produtividade, vinculando-os ao crescimento do PIB. Porém, a adversidade da situação macroeconômica no início da década de 80, que combinava recessão, inflação e desemprego, impossibilitou, na prática, a conquista desses ganhos nas negociações coletivas.

Entre 1986 e 1989, as políticas salariais dos planos de estabilização econômica deixaram de fazer referência aos ganhos de produtividade, embora não impedissem que eles fossem concedidos. Como o cenário econômico continuava desfavorável aos trabalhadores, combinando elevação do desemprego e das taxas de inflação, a negociação da produtividade não era uma prioridade para o movimento sindical.

A possibilidade de obtenção de ganhos de produtividade nas negociações coletivas voltou a reaparecer nas políticas salariais que vigoraram entre maio de 1989 e julho de 1993. Mas, nesse período, a urgência da reposição das perdas salariais ocasionadas pelas altas taxas de inflação obscureceu a negociação da produtividade propriamente dita. Além do mais, nesse período, as taxas de desemprego “decolaram”, alcançando patamares até então desconhecidos no país, constituindo-se num freio às reivindicações dos trabalhadores. Já na década de 90, assistiu-se à chamada reestruturação produtiva, para enfrentar o acirramento da concorrência externa provocada pela abertura comercial promovida no início do governo Collor.

A partir da implantação do Plano Real, em julho de 1994, o país deixou de ter políticas salariais oficiais. Passou a vigorar então a livre negociação dos reajustes salariais. Desde então, o governo tem se limitado a fixar os reajustes do salário mínimo e dos

benefícios da Previdência Social. Para “compensar” o fim da indexação formal dos salários, o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu a negociação da Participação nos Lucros ou Resultados - PLR -, tornada lei em dezembro de 2000. Com a PLR, a discussão sobre a produtividade assumiu outro caráter. Ou seja, a Lei 10.101/2000, que regulamentou a PLR, estabelece, no Artigo 1º, que a participação nos lucros ou resultados das empresas é um “instrumento de integração entre o capital e o trabalho (...) e de incentivo à produtividade”, podendo a sua negociação se basear nos seguintes critérios ou condições: “I – índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa; II – programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente<sup>§</sup>”.

Na visão empresarial, a lei equipara o pagamento da PLR com a concessão de ganhos de produtividade, permitindo, assim, que esses sejam entendidos como uma meta, entre outras, a ser atingida, transformando-os num item da remuneração variável. Tal visão cria obstáculos à negociação da produtividade. Ademais, essa sistemática, além de não tornar definitiva a apropriação dos ganhos por parte dos trabalhadores, não permite estendê-los ao conjunto dos trabalhadores de modo a propiciar um incremento da parcela salarial no produto interno da economia e melhorar a qualidade de vida, como tem ocorrido nos países desenvolvidos.

### **Produtividade: conceitos e indicadores**

A produtividade, embora possa ser explicada de diferentes

---

§ - Lei 10.101/ 2000. Citada de DIEESE. Um balanço da participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. 1996-1999. Pesquisa DIEESE, nº 16, janeiro de 2000.

maneiras, “expressa a utilização eficiente dos recursos produtivos, tendo em vista alcançar a máxima produção na menor unidade de tempo e com os menores custos” e se refere “à (...) resultante do trabalho humano com a ajuda de determinados meios de produção (máquinas, ferramentas e equipamentos)”<sup>\*\*</sup>.

Os fatores que influem na produtividade do trabalho são, entre outros, o progresso técnico e o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção, o grau de especialização e a escolaridade da força de trabalho, a qualidade das matérias-primas utilizadas e a forma de organização dos processos produtivos.

Habitualmente, utiliza-se o indicador de produtividade física, dado pela relação entre a quantidade produzida e o tempo de trabalho e/ou número de trabalhadores empregados no processo produtivo. As vantagens desse indicador traduzem-se em maior disponibilidade de informações, em facilidade de comparação entre setores econômicos e melhor visualização dos resultados obtidos por trabalhador. Contudo, esse indicador tem suas limitações, entre elas, a dificuldade de estimar a produtividade física de uma empresa que atua em diferentes segmentos produtivos e o fato de que o seu cálculo não considera o valor do bem ou serviço gerado. Por fim, o indicador de produtividade física pode revelar um aumento apenas aparente da produtividade, ocorrido em função da redução do quadro de pessoal, da extensão da jornada de trabalho ou da intensificação do ritmo de trabalho.

Outro indicador de produtividade é dado pela relação entre o valor adicionado e o número de trabalhadores, num determinado

---

\*\* SANDRONI, Paulo (org). Dicionário de Economia. Ed. Best Seller, 6ª edição. SP, 1994.

período de tempo. O valor adicionado é o resultado da diferença entre o preço final de venda de um produto e o custo das matérias-primas e dos insumos utilizados para fabricá-lo. Uma parte do valor adicionado é distribuída na forma de salários e outra, na forma de lucros. Outra parte, ainda, vai para o pagamento de impostos. Uma das vantagens de utilizar o valor adicionado para o cálculo da produtividade é que ele permite que o trabalhador perceba com clareza como a renda gerada - numa empresa, num setor ou país - é distribuída entre salários, lucros e impostos.

Note-se que não é possível utilizar o critério do valor adicionado para se calcular a produtividade em setores em que o lucro não constitui a finalidade das atividades, como nos serviços públicos de saúde e educação, por exemplo. Nesses casos, é preciso pensar na produtividade como um meio para se elevar a qualidade de vida da população.

Há, portanto, diferentes formas de interpretar e de mensurar a produtividade, mas sejam elas quais forem, é importante ressaltar que o seu incremento sempre decorre do trabalho humano, em interação com a tecnologia e com certos modelos organizacionais.

Para os trabalhadores em geral, e para o movimento sindical em particular, a negociação da produtividade reveste-se de importância à medida que é entendida como uma forma efetiva de melhorar o poder aquisitivo e de assegurar e ampliar a participação dos salários na renda nacional. Assim, viabiliza o incremento dos rendimentos do trabalho na apropriação dos resultados do crescimento, sem acirrar conflitos distributivos.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Nota Técnica nº 56 de novembro de 2007.**  
Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)

## 2 - CONJUNTURA ECONÔMICA

No mês de outubro duas discussões movimentaram a economia brasileira a interrupção da queda da taxa de juros pelo Banco Central e a continuidade da CPMF e dos gastos públicos.

Dentro dessa perspectiva, a interrupção da queda das taxas de juros definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central no último dia 17 de outubro é um sinal bastante negativo por vários aspectos. Depois de mais de dois anos de queda ininterrupta, saindo de um patamar de 19,75% em agosto de 2005 até os 11,25% em setembro de 2007, a permanência da taxa nesse patamar na decisão de outubro sinaliza que o Banco Central, ao contrário do discurso oficial, vê problemas para a continuidade da expansão da economia, e esse é um sinal de alerta para os empresários.

A taxa de crescimento esperada para esse ano não é nenhuma exorbitância, e mesmo assim o Banco Central vê riscos para a aceleração do crescimento, que de acordo com essa visão, poderia impactar a inflação. Daí decorrem vários problemas.

O primeiro deles é que o Banco Central trabalha com uma avaliação de que a expansão da capacidade produtiva não vem se verificando a contento, e que não seria possível suprir a demanda interna via importações sem fragilizar as contas externas. A manutenção da taxa de juros pelo próprio Banco Central está criando problemas nessas duas áreas.

De um lado, a sinalização de que as taxas de juros têm fortes limites à queda desincentiva potenciais investidores que poderiam estar exatamente ampliando a capacidade produtiva. Isso é mais importante quando se sabe que os setores que até agora têm registrado investimentos mais significativos são os

voltados para o mercado externo (com baixa capacidade de alavancar o crescimento econômico interno) e, mais recentemente, os setores de bens intermediários e insumos básicos. Ou seja, os setores que podem prover o mercado interno são exatamente os que ainda relutam em investir, e desse ponto de vista, verão com mais ceticismo a decisão do Copom.

De outro lado, em um momento em que as taxas de juros internacionais estão apresentando tendência à baixa, particularmente nos EUA, como consequência da reação das autoridades monetárias mundiais de injetarem liquidez na economia para tentar contornar a crise financeira recente, ao se mover em sentido diferente o Banco Central brasileiro estará aumentando os diferenciais de taxas de juros entre o Brasil e o resto do mundo, e desta forma ampliando ainda mais a atratividade do Brasil para os capitais de curto prazo que procuram ganhos rápidos, e promovendo a entrada de novos recursos financeiros internacionais. Esse movimento tende a forçar ainda mais para baixo o valor do dólar em relação ao real, e pode dificultar ainda mais a vida de alguns setores exportadores que ainda lutam para se manter com um pé no mercado mundial mas, mais do que isso, incentivar ainda mais as importações, contribuindo para desequilibrar a balança comercial brasileira, que apesar de manter resultados bastante positivos, vem registrando um crescimento das importações bem mais acentuado do que as vendas do Brasil para o exterior.

Ao fazer esse movimento de incentivo às importações, o país está na verdade transferindo ao exterior parte importante do dinamismo gerado internamente pelas políticas recentes de expansão da renda e do crédito, ou seja, transferindo ao exterior um dinamismo econômico que nós precisaríamos muito aqui dentro, para potencializar nossas taxas de crescimento e

expandir mais aceleradamente a produção, a renda dos brasileiros e o emprego aqui dentro.

Por isso, a sensação generalizada após a decisão do Copom de que os gestores da política econômica tenham começado a pisar no freio. No período desde meados dos anos 1990, desde o início do chamado Plano Real, não seria a primeira vez que possibilidades de crescimento tenham sido abortadas por ações conservadoras do Banco Central em relação ao potencial de crescimento econômico. Mas é a primeira vez que isso acontece em um quadro de contas externas ajustadas e inflação sob controle, sem ataque especulativo à vista (até pelo volume abundante de reservas), e com todo o restante do governo e do mundo empresarial falando e apostando em crescer.

Vale lembrar que o mote do segundo mandato do Presidente Lula é o Programa de Aceleração do Crescimento, e essa parada do Banco Central em nada contribui para acelerar qualquer crescimento. Neste quadro, a sensação de pisada no freio por parte do Banco Central pode colocar de novo todos os que ainda não colocaram suas decisões em marcha quanto a investimentos, a permanecer em compasso de espera quanto ao futuro, pelo menos até a próxima reunião, em dezembro, do Copom. A capacidade neste momento que teve o Banco Central de nadar contra a corrente foi de certa forma surpreendente, e deve servir para colocar novamente no campo da discussão política formas de controle da sociedade e do meio empresarial sobre o próprio Banco Central.

Neste contexto de melhora significativa dos indicadores a necessidade de equacionar a questão fiscal aumenta de importância, especialmente quando o assunto é o crescimento sustentado. Nesta relação entre crescimento e contas públicas, é difícil definir o que vem antes, mas é fácil perceber que são

questões intrinsecamente relacionadas. Sobre esse assunto as divergências surgem no diagnóstico, e se agravam na discussão das ações que devem ser encaminhadas.

Um primeiro aspecto, é que, apesar do grande crescimento da carga tributária nos últimos anos, os investimentos públicos são baixos e muito aquém das necessidades. Ao mesmo tempo, os gastos sociais vêm aumentando em relação ao PIB, não só porque há uma demanda social forte, mas também porque o crescimento foi pífio nas últimas duas décadas. Neste contexto, o Estado exerce um papel fundamental, como ficou evidente pelos dados da PNAD/2006. O número de pessoas em condições de extrema pobreza é hoje de 21,7 milhões em todo o Brasil (considerando-se em extrema pobreza os indivíduos que sobrevivem com renda domiciliar per capita inferior a ¼ de salário mínimo). Se fossem retirados da renda domiciliar os benefícios da previdência e da assistência, verifica-se que o número de extremamente pobres subiria para 38,9 milhões. Em outras palavras, sozinha, a seguridade social garante que 17,2 milhões de pessoas saiam da situação de indigência no país.

A tentativa de limitar gastos com pessoal que veio nas medidas do PAC, por exemplo, é ilustrativa das dificuldades neste campo. Como uma das medidas do PAC o Governo encaminhou ao Congresso um projeto de lei complementar, propondo mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo o projeto, com os inativos, a folha de salários e encargos sociais de cada um dos poderes da União não poderá crescer mais do que 1,5% ao ano acima da inflação medida pelo IPCA, até 2010, mesmo quando houver contratação de novos servidores. A exceção ocorrerá quando o adicional decorrer de cumprimento de acordos salariais firmados até 2006.

A proposta que está no PL não significa uma regra de indexação

salarial, em que o funcionalismo público teria anualmente um ganho real automático de 1,5%, após corrigidos os salário com o IPCA. Na realidade a proposta é a de um limite de despesa com pessoal, para os três poderes, e não garantia de ganho real. Se a lei entrar em vigor em 2008, como previsto no PL, a folha de salários dos três poderes terá como limite o valor da folha de 2007 corrigida pelo IPCA mais, no máximo, 1,5%. Estão incluídos nesta conta os gastos com contratações, o crescimento vegetativo da folha (anuênios, promoções, etc.) e o reajuste. Esta regra, pelo projeto de lei valeria até 2016. Isto significa na prática que os gestores, nos três poderes, terão que fazer a opção entre contratar ou reajustar salários. Tanto os gastos com pessoal quanto os benefícios da Previdência Social, vão continuar subindo em termos nominais. Como proporção do PIB, no entanto, o governo projeta queda dos gastos com pessoal no período. Na pior das hipóteses, haverá, no cálculo do governo, estabilidade nestes gastos.

Ao mesmo tempo, no outro extremo, uma das críticas mais contundentes que foram feitas por setores mais conservadores ao PAC, foi a de que o mesmo cortou pouco nas despesas, trazendo apenas duas medidas (limitação na folha do funcionalismo e nos reajustes do Salário Mínimo).

A questão de cortar despesas, especialmente quais despesas cortar, é bastante complexa, por não ser meramente técnica, mas essencialmente política. Especialmente para um governo, como o atual, que foi eleito para fazer o país crescer distribuindo renda ao mesmo tempo. Além do problema político, os cortes de despesas passam também por entraves de caráter jurídico, já que a maior parte da receita tem vinculação constitucional.

A carga tributária brasileira, de 34,4% em 2006, considerada alta para países com o perfil de renda per capita do Brasil, causa

indignação ao empresariado e a uma parte expressiva dos economistas mais liberais. Algumas das propostas pregam mudanças radicais como o congelamento da carga tributária e da dívida pública em termos reais. Neste tipo de proposta as alíquotas das contribuições federais (como a CPMF) seriam reduzidas ano a ano, para que gerassem a mesma receita em termos reais (descontada a inflação). As contribuições seriam eliminadas e a carga tributária poderia cair gradativa, mas persistentemente, chegando a uns 25% ou 26% do PIB. Portanto, haveria primeiro uma definição dos recursos à disposição do setor público, a partir dos quais o sistema político escolheria suas prioridades. Este tipo de proposta, mais uma vez, desconsidera as questões políticas e jurídicas postas.

Neste debate sobre o problema fiscal é fundamental analisar a estratégia governamental que define o rumo das políticas adotadas. Fica cada vez mais evidente o tripé que sustenta a política econômica desde o primeiro mandato: superávit primário das contas públicas, câmbio flutuante e metas de inflação (com autonomia para o Banco Central fixar juros). Tendo a partir de 2003, avançado no controle da inflação e na área fiscal, o governo tenta acelerar o crescimento, (através do PAC e de outras medidas) sem, no entanto, abrir mão da chamada responsabilidade fiscal. O superávit primário foi flexibilizado, mas os dados do resultado acumulado em 12 meses até agosto de 2007 mostram que está em 4,12% do PIB, confortavelmente acima da meta de 3,75% fixada pelo governo para este ano. A política de metas de inflação, da mesma forma, se mantém assim como o regime de câmbio flutuante. Esta última política, inclusive, com sérios problemas em alguns setores sensíveis (como o de calçados, têxteis e móveis) que tem, inclusive, feito a

balança comercial brasileira, voltar a depender de commodities<sup>††</sup>.

O importante é que no debate fiscal, não existe neutralidade. A cobrança e a alocação dos impostos é em última instância sempre uma decisão de quem paga a conta. Cada real decorrente de uma decisão de renúncia fiscal por parte do Estado, é um recurso que irá faltar para investimento em saúde ou educação. Daí a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de controles sociais do orçamento público. Algumas iniciativas importantes têm sido tomadas, como os seminários regionais para ouvir as demandas da sociedade sobre o Plano Plurianual 2008-2011 e o Orçamento da União de 2008, que têm sido realizados pela Comissão Mista do Orçamento e ocorreram por todo o Brasil. Mas esses mecanismos de participação da população devem ser definitivamente incorporados à rotina da tramitação das leis orçamentárias no Congresso Nacional, de forma que independa da coalizão de forças que esteja no comando político do País. Isto aumenta a chance de uma alocação dos recursos que reflita não apenas uma responsabilidade fiscal do País, mas também responsabilidade social, através do combate às profundas desigualdades existentes no Brasil.

**Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.** Acesse [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br).

<sup>††</sup> Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), seis setores estratégicos da indústria (veículos automotores, peças, têxteis, material elétrico, minerais não-metálicos e outros produtos alimentares), tiveram reduzido os superávits comerciais no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período de 2006. O saldo dos seis setores caiu de US\$ 4,7 bilhões no primeiro semestre do ano passado para US\$ 3,1 bilhões, em função da valorização do real. Em contrapartida, no primeiro semestre 12 setores ligados a commodities foram os responsáveis pela totalidade do aumento do saldo da balança comercial.

### 3 - INDICADORES ECONÔMICOS

#### 3.1 – Mercado de Trabalho

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) mostram que, em outubro, o contingente de desempregados no conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada foi estimado em 2.945 mil pessoas, 62 mil a menos do que no mês anterior (Tabela 1).

**TABELA 1**  
**Estimativas do Número de Pessoas de 10 anos e mais, segundo condição de atividade Regiões Metropolitanas e no DF Outubro/06 – Outubro/07**

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Out/06	Set/07	Out/07	Out-07/ Set-07	Out-07/ Out-06	Out-07/ Set-07	Out-07/ Out-06
População em Idade Ativa	31.444	31.979	32.030	51	586	0,2	1,9
População Economicamente Ativa	19.116	19.428	19.589	161	473	0,8	2,5
Ocupados	16.082	16.420	16.644	224	562	1,4	3,5
Desempregados	3.034	3.007	2.945	-62	-89	-2,1	-2,9
Em Desemprego Aberto	1.997	2.035	2.008	-27	11	-1,3	0,6
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	718	663	648	-15	-70	-2,3	-9,7
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	319	310	289	-21	-30	-6,8	-9,4

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

(1) Correspondem ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

No mês em análise, o **nível de ocupação** cresceu 1,4%. O número de postos de trabalho gerados (224 mil) superou o de pessoas que entraram no mercado de trabalho (161 mil), reduzindo o contingente de desempregados em 62 mil pessoas.

O total de ocupados nas seis regiões passou a ser estimado em 16.644 mil pessoas e a População Economicamente Ativa, em 19.589 mil.

**TABELA 2**  
**Taxa (%) de Desemprego nas Regiões Metropolitanas e no DF**

Regiões Metropolitanas	Out/06	Set/07	Out/07	Em porcentagem	
				Variação	
				Out-07/ Set-07	Out-07/ Out-06
<b>Total</b>	<b>15,9</b>	<b>15,5</b>	<b>15,0</b>	<b>-3,2</b>	<b>-5,7</b>
Distrito Federal	17,9	17,3	17,1	-1,2	-4,5
Belo Horizonte	12,4	11,4	11,5	0,9	-7,3
Porto Alegre	14,2	12,8	12,4	-3,1	-12,7
Recife	21,8	19,2	18,8	-2,1	-13,8
Salvador	22,9	21,7	21,5	-0,9	-6,1
São Paulo	14,6	15,1	14,4	-4,6	-1,4

Fonte: Convênio Seade/Dieese/MTE - FAT e convênios regionais.

A taxa de desemprego total diminuiu de 15,5%, em setembro, para 15,0%, em outubro (Tabela 2). Segundo suas componentes, a taxa de desemprego aberto decresceu de 10,5% para 10,3% e a de desemprego oculto de 5,0%, para 4,8%. O crescimento do nível de ocupação foi generalizado nas regiões pesquisadas, salvo na de Belo Horizonte, onde se manteve estável. As regiões que apresentaram maior expansão foram Recife (1,9%) e São Paulo (1,7%), seguidas por Distrito Federal (1,2%), Porto Alegre (1,1%) e Salvador (1,1%).

Segundo os **setores de atividade** analisados, o nível ocupacional cresceu nos **Serviços** (127 mil), no agregado **Outros Setores** (68 mil), na **Construção Civil** (26 mil) e, em menor medida, na **Indústria** (9 mil). No **Comércio**, o número de ocupações pouco se alterou (-6 mil) (Tabela 3).

TABELA 3

## Estimativa de Ocupados por Setor de Atividade

Setores de Atividade	Variações								
	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)				Relativa (%)	
	Out/06	Set/07	Out/07	Out-07/ Set-07	Out-07/ Out-06	Out-07/ Set-07	Out-07/ Out-06		
Total	16.082	16.420	16.644	224	562	1,4	3,5		
Indústria	2.569	2.684	2.693	9	124	0,3	4,8		
Comércio	2.553	2.634	2.628	-6	75	-0,2	2,9		
Serviços	8.646	8.766	8.893	127	247	1,4	2,9		
Construção Civil (2)	814	877	903	26	89	3,0	10,9		
Outros (3)	1.500	1.459	1.527	68	27	4,7	1,8		

Fonte: Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(2) Inclui obras de infra-estrutura, novas edificações e reformas e reparação de edificações.

(3) Incluem serviços domésticos e outros ramos de atividade.

Por **posição ocupacional**, registraram-se aumento do assalariamento no setor privado com carteira de trabalho assinada (145 mil), pequena redução da contratação sem carteira (11 mil) e relativa estabilidade no setor público (-2 mil). Cresceram os contingentes de empregados domésticos (46 mil), de trabalhadores autônomos (32 mil) e daqueles classificados em outras posições ocupacionais (11 mil) (Tabela 4).

Entre agosto e setembro de 2007, no conjunto das regiões pesquisadas, aumentaram o rendimento médio real dos ocupados (1,1%) e o dos assalariados (1,4%), que passaram a equivaler a R\$ 1.061 e R\$ 1.140, respectivamente.

O crescimento do rendimento médio real dos ocupados resultou dos aumentos verificados em São Paulo (2,7%, que passou a valer R\$ 1.140) e, em menor medida, no Distrito Federal (0,9%, R\$ 1.525). Houve relativa estabilidade em Porto Alegre (-0,2%, R\$ 1.014) e reduções em Recife (4,6%, R\$ 640), Salvador (1,5%, R\$ 803) e Belo Horizonte (0,8%, R\$ 979).

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

TABELA 4

## Estimativas de Ocupados por posição na ocupação

Posição na Ocupação	Variações								
	Estimativas (em mil pessoas)			Absoluta (em mil pessoas)				Relativa (%)	
	Out/06	Set/07	Out/07	Out-07/ Set-07	Out-07/ Out-06	Out-07/ Set-07	Out-07/ Out-06		
<b>Total</b>	<b>16.082</b>	<b>16.420</b>	<b>16.644</b>	<b>224</b>	<b>562</b>	<b>1,4</b>	<b>3,5</b>		
Total de Assalariados	10.480	10.819	10.954	135	474	1,2	4,5		
Setor Privado	8.658	9.035	9.170	135	512	1,5	5,9		
Com Carteira Assinada	6.768	7.116	7.261	145	493	2,0	7,3		
Sem Carteira Assinada	1.891	1.919	1.908	-11	17	-0,6	0,9		
Setor Público	1.818	1.784	1.782	-2	-36	-0,1	-2,0		
Autônomos	3.010	3.073	3.105	32	95	1,0	3,2		
Empregados Domésticos	1.327	1.329	1.375	46	48	3,5	3,6		
Outros (2)	1.265	1.199	1.210	11	-55	0,9	-4,3		

Fonte: Convênio Seade–Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(2) Incluem donos de negócio familiar, profissionais universitários autônomos, trabalhadores familiares sem remuneração salarial, etc.

Nos últimos doze meses, o **nível de ocupação** no conjunto das regiões pesquisadas aumentou 3,5%, interrompendo a desaceleração observada nos três últimos meses (Gráfico 1). Este crescimento, no entanto, ficou abaixo do verificado na mesma base de comparação do ano anterior (4,1%). Nesse período, 562 mil ocupações foram geradas e 473 mil pessoas ingressaram na força de trabalho metropolitana, o que reduziu o contingente de desempregados em 89 mil pessoas. A taxa de participação passou de 60,8% para 61,2%, no período analisado.

O desempenho favorável do nível de ocupação ocorreu em todas as regiões pesquisadas, embora com intensidades diferenciadas: 6,0% em Salvador; 5,8% no Distrito Federal; 5,7% em Belo Horizonte; 5,3% em Recife; 4,0% em Porto Alegre; e 1,9% em São Paulo.

Visite nossa homepage: <http://www.cnti.org.br>

**GRÁFICO 1**  
**Variação Anual <sup>(1)</sup> da Ocupação Regiões Metropolitanas <sup>(2)</sup>**  
**2006-2007**



Fonte: Convênio Seade-Dieese, MTE/FAT e convênios regionais.

(1) Mês de referência em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e ao Distrito Federal.

Por **setor de atividade**, verificou-se crescimento do número de postos de trabalho nos **Serviços** (247 mil, ou aumento de 2,9%), na **Indústria** (124 mil, ou 4,8%), na **Construção Civil** (89 mil, ou 10,9%), no **Comércio** (75 mil, ou 2,9%) e no agregado **Outros Setores** (27 mil, ou 1,8%).

Por **posição na ocupação**, aumentou o assalariamento no setor privado (512 mil pessoas), sobretudo pela contratação de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (493 mil). No setor público houve redução de 36 mil postos de trabalho. Cresceram os contingentes de trabalhadores autônomos (95 mil) e de empregados domésticos (48 mil) e reduziu o daqueles classificados em outras posições ocupacionais (55 mil).

Nos últimos 12 meses, a taxa de desemprego total no conjunto das regiões onde a PED é realizada diminuiu de 15,9% para 15,0%. Segundo suas componentes, este resultado refletiu,

principalmente, a redução da taxa de desemprego oculto (de 5,4% para 4,8%), já que a de desemprego aberto passou de 10,4% para 10,3%. A taxa de desemprego total decresceu em todas as regiões pesquisadas, mas com intensidades diferenciadas: 13,8% em Recife; 12,7% em Porto Alegre; 7,3% em Belo Horizonte; 6,1% em Salvador; 4,5% no Distrito Federal; e 1,4% em São Paulo.

Entre setembro de 2006 e de 2007, o rendimento médio real dos ocupados no conjunto das regiões metropolitanas diminuiu 2,1%, devido às reduções verificadas em São Paulo (4,6%) e Recife (1,6%), atenuado pela relativa estabilidade em Belo Horizonte (-0,3%) e pelos aumentos no Distrito Federal (7,0%), em Salvador (1,9%) e em Porto Alegre (1,5%).

Quanto ao **mercado de trabalho formal<sup>##</sup>** brasileiro, em outubro, foram gerados 205.260 empregos celetistas, saldo líquido entre admissões e desligamentos, o que representou um crescimento de 0,70% em relação ao estoque do mês anterior. Assim, nos dez primeiros meses de 2007, verificou-se a criação de +1.812.252 postos de trabalho (+6,55%). Nos últimos 12 meses, a variação acumulada atingiu 5,46%, ou +1.527.338 empregos formais.

De acordo com do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em termos setoriais, os dados mostram elevação quase generalizada. Dentre os 26 subsetores de atividade econômica, somente a Agricultura, por motivos sazonais, relacionados à

<sup>##</sup> O Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados é divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e registra mensalmente todas as contratações e demissões regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ficam de fora da estatística os servidores públicos e empregados domésticos.

entressafra do Centro Sul do País, apresentou redução no emprego (-11.405 postos ou -0,70%).

Os principais setores responsáveis pelo dinamismo da geração de empregos no mês de outubro foram: **Serviços**, com o acréscimo de 67.751 postos de trabalho (+0,58%), o **Comércio**, com a abertura de 63.773 vagas formais (+1,00%), a **Indústria de Transformação**, com o incremento de 60.034 oportunidades de trabalho (+0,86%) e a **Construção Civil**, com a criação de 21.685 empregos (+1,42%).

Com relação à **Indústria de Transformação**, os dados assinalam que os ramos industriais que mais se destacaram no que se refere à geração de empregos foram a Indústria **Têxtil** (+9.267 postos), a Indústria **Metalúrgica** (+7.243 postos), a Indústria de **Produtos Alimentícios** (+7.088 postos), a Indústria de **Calçados** (+6.993 postos ou +2,16%) e a Indústria **Mecânica** (+6.749 postos).

No acumulado do ano, verifica-se que a liderança da geração de empregos coube ao setor de **Serviços**, ao responder pela criação de 565.476 postos de trabalho (5,10%), seguido da **Indústria de Transformação**, responsável pelo acréscimo de 540.052 empregos (+8,34%). Em menor medida, cabe destacar o **Comércio**, com a geração de 275.285 empregos (+4,46%), e a **Construção Civil**, com o acréscimo de **194.825 vagas**, representando a elevação de 14,42%, a maior taxa de crescimento entre os 26 subsetores de atividade econômica.

TABELA 5

**Evolução do emprego formal por Setores e Subsetores  
Selecionados  
Brasil 2006 - 2007**

SETORES E SUBSETORES	SALDO DE EMPREGOS JAN / OUT 2006	SALDO DE EMPREGOS JAN / OUT 2007	VARIAÇÃO 2007/2006 (%)
<b>IND. EXTRAT. MINERAL</b>	<b>12.224</b>	<b>9.658</b>	<b>-20,99</b>
<b>IND. TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>392.446</b>	<b>540.052</b>	<b>37,61</b>
PROD MIN NAO MET	12.602	13.645	8,28
METALURGICA	30.617	54.185	76,98
MECÂNICA	20.124	45.557	126,38
MAT ELET COMUN	9.530	19.643	106,12
MAT TRANSPORTE	12.429	45.300	264,47
MAD E MOBILIARIO	8.030	15.391	91,67
PAP,PAPELAO,EDIT	11.888	12.045	1,32
BOR, FUM,COUROS	12.017	12.720	5,85
QUIM,PR FARM, VET	32.440	35.955	10,84
TEXTIL,VESTUARIO	41.892	61.714	47,32
CALÇADOS	21.920	27.277	24,44
PROD ALIMENT,BEB	178.957	196.620	9,87
<b>SERV. IND. UT. PUB.</b>	<b>10.634</b>	<b>7.312</b>	<b>-31,24</b>
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>132.132</b>	<b>194.825</b>	<b>47,45</b>
<b>TOTAL INDÚSTRIA</b>	<b>547.436</b>	<b>751.847</b>	<b>37,34</b>

Fonte: CAGED/MTE

Segundo um corte geográfico, os dados do CAGED todas as Grandes Regiões evidenciaram expansão no nível de emprego

celetista. Em termos absolutos, observou-se o seguinte comportamento: Sudeste (+103.534 postos ou +0,64%), Sul (+49.676 postos ou +0,92%), Nordeste (+33.760 postos ou +0,78%), Norte (+9.159 postos ou +0,77%) e Centro-Oeste (+9.131 ou +0,44%). No que diz respeito às Unidades da Federação, os dados revelam que excetuando-se o estado do Acre, que acusou um declínio no número de empregos de 0,48% (-229 postos), devido principalmente ao desempenho desfavorável dos ramos da Indústria de Produtos Alimentícios (-208 postos) e da Indústria da Madeira e do Mobiliário (-28 postos), os demais estados expandiram o contingente de assalariados formais, cabendo destacar São Paulo (+73.118 postos ou +0,75%), Rio Grande do Sul (+20.118 postos ou +1,01%), Santa Catarina (+16.470 ou +1,15%) e Rio de Janeiro (+16.455 ou +0,59%) .

### 3.2 – Taxas de Inflação

O custo de vida no município de São Paulo ou ICV é calculado pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos desde 1959 com famílias que recebem de 1 a 30 salários mínimos, em quatro níveis distintos de rendimentos familiares. Em outubro, apresentou taxa de 0,33%, 0,03 ponto percentual (pp) acima da taxa de setembro (0,30%) pressionado principalmente pela alimentação.

As despesas com Alimentação subiram 0,99%, em outubro, o que resultou em uma contribuição de 0,26 pp no cálculo da taxa do ICV do mês. Também os aumentos ocorridos na Habitação (0,42%) e Saúde (0,18%) tiveram impacto sobre a inflação, enquanto os preços do Transporte caíram 0,37% (Tabela 1).

**TABELA 1**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Variação por grupo**  
**Município de São Paulo – Outubro 2007**

GRUPOS	VARIAÇÃO (em%)
<b>ICV- TOTAL GERAL</b>	<b>0,33</b>
Alimentação	0,99
Habitação	0,42
Transporte	-0,37
Saúde	0,18
Equipamento Doméstico	-0,04

Fonte: ICV-DIEESE

Elaboração: SS DIEESE CNTI

Nos últimos 12 meses – entre novembro de 2006 e outubro de 2007 – o ICV-DIEESE acumula alta de 4,39 %. Nos primeiros dez meses deste ano - de janeiro a outubro - sua taxa é de 3,38%.

As taxas mensais e anuais para o índice geral e por estrato de renda<sup>§§</sup> para os grupos e subgrupos do ICV-DIEESE encontram-se na Tabela 2.

<sup>§§</sup> O DIEESE calcula ainda mais três indicadores de inflação, segundo tercís de estratos de renda das famílias paulistanas. O estrato 1, que corresponde à estrutura de gastos de 1/3 das famílias mais pobres (renda média = R\$ 377,49), o estrato 2, que contempla os gastos das famílias com nível intermediário de rendimento (renda média = R\$ 934,17) e o estrato 3, que reúne as famílias de maior poder aquisitivo (renda média = R\$ 2.792,90). Os níveis de rendimento referem-se aos valores definidos para junho de 1996, quando da implantação da atual ponderação do ICV.

**TABELA 2**  
**Índice do Custo de Vida (ICV-DIEESE)**  
**Taxa geral e por estrato de renda**  
**Município de São Paulo**

Índices	set/07 (%)	out/07 (%)	Diferença (pp)
Geral	0,30	0,33	0,03
Estrato 1	0,49	0,53	0,04
Estrato 2	0,35	0,38	0,03
Estrato 3	0,24	0,26	0,02

Fonte: DIEESE

O IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo é calculado pelo IBGE desde 1980 e se refere às famílias com rendimento monetário de um a 40 salários-mínimos, em 9 regiões metropolitanas do país e 2 municípios, também é utilizado pelo governo como parâmetro para o chamado sistema de metas de inflação. O índice do mês de outubro ficou em 0,30% e teve variação bem acima da taxa de setembro (0,18%).

Na perspectiva dos últimos 12 meses, o acumulado foi de 4,12%, próximo aos 4,15% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em outubro de 2006, o índice havia sido de 0,33%.

Os produtos sazonais exerceram pressão sobre o índice do mês, principalmente os do grupo **alimentação e bebidas** que voltou a subir entre setembro e outubro (de 0,44% para 0,52%). Os **produtos não-alimentícios** sofreram aceleração de 0,11%, em setembro, para 0,24%, em outubro. O grupo **vestuário** (de 0,45% para 0,72%) subiu devido à nova coleção de roupas e calçados no mercado. A **gasolina** pressionou o IPCA, depois de uma queda de -0,79% em setembro, com alta de 0,36%, em

outubro. O **gás veicular** também apresentou alta, 1,04% , conseqüência dos aumentos de 2,97% na região metropolitana do **Rio de Janeiro** e de 3,85% em **Fortaleza**. Os **remédios** também subiram (de 0,22%, em setembro, para 0,36%, em outubro). Destaca-se o aumento de 6,46% registrado no **cimento**, como também o de 1,30% nos serviços de **cabeleireiro** e de 1,16%, nos **perfumes**. O **telefone fixo** ficou com 0,11% de variação em outubro, combinando o reajuste médio de 1,80% no valor do minuto em vigor em todas as regiões, a partir do dia 1º, com o efeito da transição de pulso para minuto, nas regiões de **Porto Alegre, Brasília , Curitiba e Goiânia**.

O INPC, também é calculado pelo IBGE, desde 1979, no mesmo espaço geográfico, porém se refere às famílias com rendimento monetário de 01 a 06 salários-mínimos. Normalmente é o índice utilizado nas negociações coletivas entre trabalhadores e patrões. O INPC variou 0,30% em outubro e também foi superior ao de setembro (0,25%). Com o índice de outubro, o acumulado do ano de 2007 situou-se em 3,70%, bem acima da taxa de 2006 (1,75%). O acumulado nos últimos 12 meses ficou em 4,78%, abaixo do resultado relativo aos 12 meses imediatamente anteriores (4,92%). Em outubro de 2006, o INPC havia sido de 0,43%.

Em outubro, os produtos **alimentícios** apresentaram variação de 0,55%, enquanto os **não-alimentícios** aumentaram 0,20%. O maior índice regional foi registrado em **Belém** (0,82%). O menor resultado ficou com **Curitiba** (0,06%).

**TABELA 3**  
**Taxas de Inflação**  
**Brasil – 2004 – 2007**

Período	(em %)		
	ICV-DIEESE	INPC-IBGE	IPCA-IBGE
2004	7,70	6,13	7,60
2005	4,53	5,05	5,69
2006	2,57	2,81	3,14
Jan-07	0,95	0,49	0,44
Fev-07	0,21	0,42	0,44
Mar-07	0,25	0,44	0,37
Abr-07	0,41	0,26	0,25
Mai-07	0,63	0,26	0,28
Jun-07	0,15	0,31	0,28
Jul-07	-0,30	0,32	0,24
Ago-07	0,40	0,59	0,47
Set-07	0,30	0,25	0,18
Out-07	0,33	0,30	0,30
ACUMULADO 2007	3,38	3,70	3,30
<b>DATA BASE 1° DE NOVEMBRO DE 2007</b>	<b>4,40</b>	<b>4,78</b>	<b>4,12</b>

Fonte: DIEESE e IBGE

### 3.3 – Cesta Básica

O acompanhamento mensalmente da evolução de preços de treze produtos de alimentação, definido pelo Decreto Lei no 399, de 30/04/1938, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los, em 16 capitais brasileiras, permite ao DIEESE realizar a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Outro dado importante da pesquisa são as horas de trabalho

necessárias ao indivíduo que ganha salário mínimo, para adquirir estes bens e o salário mínimo necessário, também divulgado mensalmente.

O custo dos gêneros alimentícios de primeira necessidade recuou, em outubro, em cinco das 16 capitais. Todas as localidades onde houve queda são do Nordeste: Natal (-6,77%), Aracaju (-3,65%), Recife (-2,12%), João Pessoa (-1,02%) e Fortaleza (-0,53%). Nas demais regiões pesquisadas, os aumentos situaram-se entre 0,71%, em Brasília e 4,31%, em Belém.

Porto Alegre, onde a cesta custou R\$213,97; São Paulo, cujo custo ficou em R\$201,25 e Rio de Janeiro, onde a cesta teve valor de R\$194,27, continuaram a ser em outubro as capitais mais caras e, em todas, a alta superou 3,0%. Os menores valores foram verificados em Recife (R\$142,07), João Pessoa (R\$143,16) e Fortaleza (R\$146,96).

Na Tabela 1 podemos verificar o valor da cesta, em outubro de 2007, nas capitais assim como o percentual do salário mínimo líquido\*\*\* necessário para adquiri-la, quanto tempo o trabalhador utiliza do seu trabalho para comprá-la e a variação no ano.

\*\*\* Após a dedução da parcela referente à Previdência Social.

**TABELA 1**  
**Pesquisa Nacional da Cesta Básica**  
**Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais**  
**Brasil – Outubro de 2007**

Capital	Variação Mensal (%)	Valor da Cesta (R\$)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho	Variação no ano (%)	Variação Anual (%)
Belém	4,31	172,72	49,22	100h 00min	9,90	17,18
São Paulo	3,56	201,25	57,35	116h 31min	10,55	11,97
Porto Alegre	3,48	213,97	60,97	123h 53min	14,90	19,49
Belo Horizonte	3,43	186,77	53,22	108h 08min	8,91	8,42
Rio de Janeiro	3,36	194,27	55,36	112h 28min	13,35	16,50
Salvador	2,43	151,66	43,22	87h 48min	12,50	12,70
Vitória	1,61	182,84	52,10	105h 51min	15,60	15,79
Goiânia	1,53	161,72	46,08	93h 38min	6,09	12,51
Curitiba	1,43	179,15	51,05	103h 43min	6,65	8,54
Florianópolis	1,15	187,08	53,31	108h 19min	10,96	7,91
Brasília	0,71	177,82	50,67	102h 57min	3,47	8,72
Fortaleza	-0,53	146,96	41,88	85h 05min	10,56	14,81
João Pessoa	-1,02	143,16	40,79	82h 53min	6,93	4,79
Recife	-2,12	142,07	40,48	82h 15min	7,51	8,77
Aracaju	-3,65	151,42	43,15	87h 40min	10,04	10,56
Natal	-6,77	151,99	43,31	88h 00min	8,01	13,23

Fonte: DIEESE

Entre janeiro e outubro deste ano, todas as 16 capitais acumulam alta no custo dos produtos alimentícios de primeira necessidade. As elevações mais significativas ocorreram em Vitória (15,60%), Porto Alegre (14,90%), Rio de Janeiro (13,35%) e Salvador (12,50%). As menores variações acumuladas foram apuradas em Brasília (3,47%), Goiânia (6,09%), Curitiba (6,65%) e João Pessoa (6,93%).

O salário mínimo necessário estimado com base no valor apurado para a cesta em Porto Alegre, deveria ser em outubro

**R\$ 1.797,56**, 4,73 vezes o mínimo em vigor, um valor R\$ 60,00 superior ao registrado em setembro, de R\$ 1.737,16, que correspondia, então, a 4,57 vezes o mínimo vigente, de R\$ 380,00.

Para comprar os produtos que compõem a cesta básica, o trabalhador que ganha salário mínimo, teve que cumprir, em outubro, na média das 16 capitais, uma jornada de 99 horas e 19 minutos, quase uma hora a mais que em setembro (98 horas e 22 minutos). Em outubro de 2006, a jornada necessária era bem menor, e correspondia a 96 horas e 15 minutos.

Quando se considera o percentual do salário mínimo líquido comprometido com a aquisição - após o desconto da parcela referente à Previdência Social - verifica-se que, em outubro, 48,89% do total recebido eram empregados na compra dos mesmos itens que no mês anterior exigiam 48,41%. Em outubro do ano passado eram necessários 47,37%.

Fonte: DIEESE E IBGE

## 4 – DESEMPENHO SETORIAL

### 4.1 – Indústria Geral

Em setembro de 2007, a produção industrial calculada pelo IBGE recuou 0,5%. A maioria (16) dos 27 ramos pesquisados tiveram queda. O principal impacto negativo veio do setor de **veículos automotores** (-3,1%). Outras contribuições negativas relevantes foram **celulose e papel** (-7,2%), e **outros produtos químicos** (-3,0%). Registraram expansões relevantes, **alimentos** (0,8%), **edição e impressão** (1,6%), **refino de petróleo e produção de álcool** (1,0%) e **material eletrônico e equipamentos de comunicações** (2,0%).

Em relação a setembro de 2006 a Indústria cresceu 5,6%, apresentaram crescimento 21 dos 27 ramos pesquisados, com as maiores contribuições positivas vindas de **veículos automotores** (23,2%); **máquinas e equipamentos** (17,7%); **máquinas, aparelhos e materiais elétricos** (17,5%); **refino de petróleo e produção de álcool** (6,6%) e **outros equipamentos de transportes** (28,8%).

No indicador acumulado para janeiro-setembro a taxa global de 5,4% reflete o desempenho positivo das atividades pesquisadas. A principal contribuição no resultado global veio de **veículos automotores** (12,5%), seguido por **máquinas e equipamentos** (17,5%), **outros produtos químicos** (5,8%) e **metalurgia básica** (6,7%).

Em setembro, os índices regionais da produção industrial mostram um predomínio de resultados negativos frente a agosto, com onze dos quatorze locais apresentando queda.

Espírito Santo (-9,9%), Amazonas (-5,3%), Paraná (-3,8%) e Rio de Janeiro (-3,7%) assinalam as reduções mais acentuadas. Ceará (2,9%), São Paulo (1,6%), parque fabril que responde por, aproximadamente, 40% da estrutura nacional, e região Nordeste (0,1%), registram taxas acima da média nacional (-0,5%). Em relação a setembro do ano passado, a atividade industrial mostra crescimento em oito locais com São Paulo (8,5%) e Minas Gerais (6,5%) registrando expansão acima da média nacional (5,6%) seguidos de Goiás (4,9%), Santa Catarina (4,1%), Paraná (3,1%), Amazonas (2,1%), Rio Grande do Sul (1,0%) e região Nordeste (0,7%). Apontam recuo neste indicador Ceará (-0,2%), Pará (-0,4%), Bahia (-1,5%), Pernambuco (-1,8%), Espírito Santo (-2,1%) e Rio de Janeiro (-2,4%).

No indicador acumulado nos nove primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2006, há crescimento em todos os locais, à exceção do Ceará (-0,4%). **A indústria de Minas Gerais** apresenta a maior expansão (8,4%), sustentada, sobretudo, pelo avanço na fabricação de automóveis. Com taxas acima da média nacional (5,4%) figuram ainda: Rio Grande do Sul (7,3%), Paraná (6,8%) e Espírito Santo (5,8%). Esses desempenhos regionais confirmam o perfil do crescimento em 2007, apoiado, principalmente, na produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital, no dinamismo vindo das exportações de *commodities* e nos efeitos da recuperação do setor agrícola.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, também feita pelo IBGE, mostra que de agosto para setembro, o emprego industrial cresceu 1,0%. O número de horas pagas aos trabalhadores e a folha de pagamento real também cresceram 1,0%, em setembro frente a agosto.

Em relação a setembro de 2006, o crescimento do emprego na indústria foi de 2,8%. São Paulo (4,4%), Paraná (4,8%) e Minas Gerais (2,7%) exerceram as pressões mais significativas no resultado geral. Na indústria paulista, as contratações foram superiores às demissões principalmente em **máquinas e equipamentos** (11,1%) e **meios de transporte** (8,5%). Este último segmento foi o principal responsável pelo aumento do emprego nas indústrias paranaense e mineira, com acréscimo de 32,5% e 15,9%, respectivamente. Por outro lado, veio de Pernambuco (-4,8%) a principal influência negativa no resultado global, devido ao recuo em **alimentos e bebidas** (-5,8%), desempenho associado à menor absorção de trabalhadores no setor sucroalcooleiro. Em nível nacional, os ramos com as maiores contribuições positivas foram **alimentos e bebidas** (4,2%), **meios de transporte** (10,5%) e **máquinas e equipamentos** (9,6%). Em sentido contrário, **calçados e artigos de couro** (-9,3%) e **madeira** (-6,0%) exercem as principais pressões negativas.

No acumulado no ano, janeiro a setembro, o indicador de pessoal ocupado cresceu 1,7%. Em nível setorial, as principais pressões positivas vieram de **alimentos e bebidas** (4,3%), **meios de transporte** (6,3%) e **produtos de metal** (6,5%). Entre os locais, São Paulo (2,8%), Paraná (2,6%) e Região Nordeste (1,6%) exerceram os impactos mais significativos. Por outro lado, Rio Grande do Sul (-0,6%) foi a única pressão negativa entre as áreas pesquisadas e, no corte setorial, os destaques foram **calçados e artigos de couro** (-6,8%) e **vestuário** (-4,4%). Nos últimos doze meses, o crescimento do emprego foi de 1,4%.

O número de horas pagas aos trabalhadores da indústria, em setembro, também aumentou 1,0% em relação a agosto. Comparado a setembro de 2006 a taxa foi de 2,2%, e os locais

responsáveis pelos maiores impactos positivos no resultado nacional foram São Paulo (3,9%), Paraná (4,8%) e Minas Gerais (2,0%). No acumulado no ano, o acréscimo foi de 1,4%, em decorrência dos aumentos observados em São Paulo (2,2%), Paraná (3,1%) e Região Nordeste (1,6%); Rio Grande do Sul (-0,9%) e Bahia (-0,5%) foram os únicos locais que pressionam negativamente o resultado global. Em todas as séries analisadas os setores de **alimentos e bebidas**, **meios de transporte** e **produtos de metal** exerceram influências positivas e os setores de **calçados e artigos de couro** e **vestuário** influenciaram de forma negativa. O indicador acumulado foi de 1,3%, em setembro.

Em setembro, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria cresceu 1,0% na comparação com o mês imediatamente anterior. Frente a setembro de 2006 cresceu 6,0% sendo São Paulo (5,2%) a maior influência positiva, devido, sobretudo, ao ganho salarial nos setores de **meios de transporte** (17,7%), **produtos químicos** (9,9%) e **produtos de metal** (9,6%); e ainda as contribuições vindas do Rio Grande do Sul (10,2%) e do Rio de Janeiro (9,6%). No acumulado do ano o indicador ficou em 5,0% sendo a principal contribuição também de São Paulo (3,9%), por conta de **produtos químicos** (13,5%) e **meios de transporte** (5,1%); e ainda do Rio Grande do Sul (7,5%), Região Nordeste (6,5%) e Minas Gerais (5,5%), os destaques foram, respectivamente, **produtos de metal** (47,1%) e **meios de transporte** (15,3%); **alimentos e bebidas** (6,5%) e **refino de petróleo e produção de álcool** (27,5%); e **alimentos e bebidas** (11,4%) e **metalurgia básica** (4,5%). Os setores que apresentaram recuo em todas as análises foram **papel e gráfica**, **calçados e artigos de couro** e **madeira**.

A evolução positiva dos índices do emprego industrial ao longo de 2007 reflete o maior dinamismo da atividade produtiva.

***Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística***